

# I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos.

23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

## Governo e Sociedade – Desempenho de políticas públicas sociais e comunidades locais

Maria Meirice Pereira Barbosa. Dra. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Instituto Federal de Pernambuco.

**Resumo:** O trabalho relaciona o trajeto das políticas sociais com os desafios de radicalizar a democracia. Busca analisar os discursos apresentados em documentos oficiais e em relatos dos atores sociais que vivenciaram processos decisórios onde as variáveis de tipo *institucional* foram resignificadas em distintas conjunturas políticas, bem como as configurações do relacionamento Estado e Sociedade Civil daí emergentes possibilitaram as “escolhas” governamentais resultantes para gestão dos problemas sociais, e fizeram emergir tipos diferenciados de *Estado* estabelecendo *renovadas* regras para o jogo político. Nesse *movimento*, explicitaram-se ambigüidades, tanto no campo das mediações institucionais quanto nos recursos utilizados pela população ao lidar com a *lógica da necessidade* sendo simultaneamente *clientela* e *público-alvo* das políticas sociais. Assim, a conquista da cidadania enfrenta os paradoxos internos aos padrões gerenciais de planejamento e execução das políticas públicas os quais, pasteurizando o dinamismo das relações sociais, distanciam –na da rapidez da reprodução da desigualdade social na realidade vivida.

**Palavras-chave:** Coordenação governamental; Políticas Sociais, Controle Social.

### 1. Introdução:

Nas décadas de 1980 e 1990, um intenso processo de reforma do Estado articulou-se ao contexto de descentralização. Nesse percurso, foi possível observar finalidades prático – políticas da realidade estadual e nacional constituindo-se em mecanismos político - institucionais emoldurados pelas tentativas de reconstrução democrática dos atores políticos e pelos esforços de desmonte do Estado através da redução de sua atividade reguladora e produtiva mediante a diminuição do espaço público para os direitos sociais conquistados no pós-1988.

Esse contexto contraditório permite uma percepção político-institucional onde descentralizar deveria possibilitar desconcentrar competências e decisões do centro do poder para o que estivesse ao seu redor, por exemplo, constituindo “instituições que viabilizem a participação dos cidadãos nas decisões políticas”(ARRETCHE,1996, p.46).

Desse modo, o período permite destacar alguns conceitos extremamente vinculados à reflexão dos processos de descentralização por problematizarem as formas, assumidas ou não, de ampliação das perspectivas de democratização das ações do Estado.

Os governos, considerando-se em seu interior, a importância e significado dos esforços de coordenação governamental, precisam lidar com a capacidade ou possibilidade de exercício do controle onde o cumprimento de obrigações, promessas ou execuções passa por etapas de monitoramento e avaliação, formas comprovadamente sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, e alimentam o desenvolvimento social.

Para tanto, as políticas sociais precisam ser inovadoras e seu desempenho otimizado<sup>1</sup> dependerá não apenas da atuação dos técnicos e gestores de políticas junto ao campo comunitário, mas da capacidade de articulação com lideranças e movimentos populares e, sobretudo da percepção das características locais enquanto modo através do qual as comunidades se organizam tradicionalmente conseguindo conservar assim suas instituições sociais, econômicas, ou mesmo se deixando “atropelar” por fragilidades nos processos de decisão política quando, diante das condições de enfrentamento da desigualdade, convivem em meio ao entrelaçamento de uma *lógica gerencial* advinda dos organismos governamentais com a *lógica da necessidade* presente em seu cotidiano.

Porque as conquistas democráticas que se destacaram no cenário político do país, resultantes das diversas formas de engajamento e organização da sociedade civil demonstram que a participação popular sempre foi efetivamente o instrumento de

---

<sup>1</sup> Ao utilizar a expressão *Desempenho otimizado*, estamos considerando: a) que o crescimento da pobreza tem comprometido a coesão social e a representação política, além de por em risco as promessas democráticas. E, b) uma mediação institucional, para garantia dos interesses da maioria, terá melhor *qualificação* em termos da preponderância histórica de regras democráticas, se possibilitar transparência quando do reconhecimento indiscutível dessas mesmas regras. O *desempenho* institucional não lida apenas com o sentido restrito de *produto* previsto por metas e objetivos presentes numa política pública mas com o que extrapola sua *execução* particular e acarreta, para além dele, um *impacto* sobre a problemática sob sua responsabilidade. Ou, dos *efeitos (...) esperados ou não, que afetam o meio social e institucional* (DRAIBE:2001:21) no qual o mesmo se realizou.

construção democrática das diversas políticas públicas. E, apesar desse engajamento, o nível de tipificação generalista no atendimento às demandas coletivas, muitas vezes apenas se sobrepõe às realidades locais desconsiderando seus contextos específicos e a possibilidade de internalizar propostas ou mesmo alternativas possíveis dentro da compreensão dos atores sociais que vivenciam essa mesma realidade social. Isso tanto empobrece as condições de coordenação governamental como o próprio processo reivindicativo se submete à mera lógica dos programas profissionalizando lideranças, enclausurando a dimensão técnica e enfraquecendo a capacidade educativa e mobilizadora das organizações locais.

Enquanto isso, a sociedade organizada precisa prosseguir no enfrentamento das contradições do sistema e, nesse percurso, resignificar os conteúdos dessas lutas em prol da redução da desigualdade através das políticas sociais. Um caminho necessário é o de assumir o protagonismo dos conhecimentos acerca de si mesma, como sinaliza o depoimento a seguir:

“O nosso povo, graças a Deus, tá tentando descobrir, é, o seu rumo certo. Mas a gente percebe que a organização deles é muito grande, na luta, porém, são muito barrados, né? Mas aos pouquinhos eles vão conseguindo, num é, vão conseguindo o seu espaço, mas só que com muita luta” (Líder comunitária – Canindé)

## **2. Descentralização das políticas sociais e ambigüidades das mediações institucionais.**

No período, o governo estadual do Ceará adquiriu evidência ao alardear o combate à desigualdade social reestruturando o funcionamento das instituições e destinando considerável volume de recursos ao funcionamento de um sistema padrão de assistência social voltado aos excluídos com ênfase nos interesses da sociedade civil cearense<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> No caso específico dos governos estaduais, alcançados por este texto, apresentou-se uma base social substantivada nos seus documentos oficiais e uma reengenharia institucional fundamentada num modelo interativo com *demandas* da sociedade civil – *O Sistema de Ação Social*. Acrescente-se, a forma publicitária das gestões, veiculadas sempre como *Governo das Mudanças* e considerando-se um período de dezesseis anos que se inicia com a eleição do empresário *Tasso Ribeiro Jereissati* em 1986, para seu primeiro mandato (1987/1990), o desenvolvimento do governo de seu sucessor, *Ciro Ferreira Gomes* (1991/1995), e a segunda administração de *Tasso Jereissati*, entre 1996 e 1998. Devo reforçar que, ao mencionar esses posicionamentos dos governantes do Ceará, não estou afirmando que esse padrão de assistência atingiu todos os interesses da

O advento dos programas participativos, e particularmente do *Programa de Ação Comunitária*, fez surgir formas de associativismo seguindo qualificações dadas pelo sistema de captação de demandas sociais do governo estadual as quais foram difundidas enquanto modo aceitável de participação direta nessas prerrogativas pelos governos municipais.<sup>3</sup>

Enquanto o legado histórico do Ceará permite identificar fortes identidades e tradições políticas locais balizadas numa cultura política paternalista, clientelista e autoritária, diferentes atores políticos influenciaram em seus padrões de participação cívica<sup>4</sup> e solidariedade social, no âmbito das possibilidades de constituição de uma *esfera pública*, tais como partidos de esquerda e Comunidades Eclesiais de Base.

Portanto, no contexto de democratização em andamento no país, e dentro do projeto político dos empresários cearenses, então no poder estadual, o fortalecimento da ação governamental junto à sociedade civil, desafiava os discursos e as práticas políticas à incorporação nos espaços de debate público, dos interesses de todos (SOUSA, 1997)

Wanderley (1991) afirma a importância da cena pública para constituição de uma nova ordem democrática. Nesse sentido, um exame das características encontradas nos municípios cearenses para o desenvolvimento dos mecanismos de participação almejados demonstrou a continuidade do conteúdo programático do padrão de *ação social municipal* segundo os ditames estaduais, o que aparentemente ocorreu como consequência das consecutivas gestões estaduais, de sua aura de modernidade e da subserviência política e

---

sociedade civil. Estou dando ênfase à tônica do discurso e das propostas constantes nos principais documentos que orientaram a atividade institucional no período.

<sup>3</sup> A linha programática de *apoio ao poder público municipal* objetiva: “Desencadear um processo reflexivo com as entidades populares para uma leitura crítica e compreensão da realidade social, política econômica, contribuindo no seu processo organizativo; prestar assessoramento à estruturação do trabalho social do município, no sentido de cooperar na definição das linhas programáticas da política social, colaborando na capacitação e participação popular; apoiar o processo da estruturação das entidades técnicas, jurídica e financeiramente; apoiar as ações desenvolvidas pelas entidades, destinando às comunidades, recursos para aquisição de equipamentos e material permanente; apoiar o intercâmbio de experiências comunitárias (encontros comunitários locais e regionais, seminários, fóruns, etc.) possibilitando a troca de experiências e buscando a abertura de canais de participação nas instituições públicas; e assessorar as entidades associativas dando continuidade ao tratamento dispensado à questão da cidadania na política social valorizando o crescente interesse das comunidades em se organizarem.” (PLANO OPERATIVO - DAC/FAS)

<sup>4</sup> Para PUTNAM (1996), a *participação cívica* tem a ver com o interesse próprio na participação nos negócios públicos definido no contexto das necessidades públicas gerais, ou seja, é um interesse próprio sensível aos interesses dos demais. A cidadania se mantém por relações horizontais de reciprocidade e cooperação.

econômica dos governos municipais ao Estado e ao governo federal considerando-se, no contexto em vigor, a insuficiência das receitas municipais para responder aos encargos repassados aos municípios a partir das definições do processo de descentralização administrativa iniciado pela Constituição Brasileira de 1988.

Dáí que, enquanto os poderes públicos deveriam privilegiar os interesses gerais de seus eleitores com vistas à cidadania, ficou evidente a “apatia” e a “inoperância” das secretarias municipais, o que se agravou principalmente pela simplificação da assessoria técnica e pelo baixo poder de pressão das comunidades, muitas vezes manifestando-se apenas por pedidos de ajuda individual dada sua relação com o favor e personalismo dos políticos locais.

Em geral, a implantação dos sub-sistemas municipais ocorreu rapidamente mediante visitas técnicas, levantamento e/ou legalização de entidades associativas e constituição das secretarias. Em municípios que possuíam uma organização social mais consistente e desenvolviam uma experiência mais participativa, as experiências apresentaram-se melhor sucedidas e acabam por legitimar os dois níveis de governo<sup>5</sup>.

Porém, a percepção da *invisibilidade* dos movimentos organizados de contestação, propiciaram uma *desqualificação* democrática das instituições como aspectos mais contundentes<sup>6</sup>. O modelo de gestão participativa estabeleceu critérios homogeneizadores dos atores e demandas envolvidos no processo. E. seus níveis de alcance e continuidade foram bastante problemáticos.

A principal crítica que podemos direcionar ao programa de Ação Comunitária é a ênfase na desigualdade. Na realidade estadual, setores menos desenvolvidos foram marginalizados ou o programa investiu apenas no município representante da região. Assim, as localidades mais sofridas enfrentaram dificuldades para incorporarem-se aos processos de transformação propostos para a realidade maior do Estado. Em todas as localidades, o processo violento de urbanização levava ao apagamento das formas tradicionais de

---

<sup>5</sup>Três municípios são emblemáticos desta situação: Crateús, Quixadá e Santana do Acaraú. No primeiro, uma consistente organização popular favoreceu o bom desempenho da secretaria municipal, no segundo, esta mesma condição aliada à uma postura democratizante do poder público local propiciaram resultado semelhante e o Terceiro caracteriza-se por possuir uma gestão participativa modelo para o país.

<sup>6</sup> Estamos provisoriamente denominando de *desqualificação* institucional à predominância de uma cultura política autoritária que, por não permitir a almejada transparência nas decisões, não possibilita à melhor capacitação política daqueles que demandam suas respostas impedindo-os de realizarem confrontos propositivos como condição para o desenvolvimento democrático social.

engajamento (folguedos, rituais religiosos, eventos folclóricos) por não representarem a possibilidade de fluxo de capital ou mão de obra. E o programa não valorizou as *narrativas* como possibilidade de compartilhamento da memória dos grupos impossibilitando um melhor uso político de suas experiências<sup>7</sup>. Assim sendo, os setores mais sofridos da população permaneceram atrelados a vínculos estreitos de submissão aos médios e grandes proprietários de terra, ou sofrendo a indigência dos pequenos municípios.

No processo de planejamento e de tomada de decisões das políticas sociais, ocorreu a superposição da dinâmica *programática*, proveniente das regras institucionais para atendimento às demandas da população sobre a lógica *da necessidade* enfrentada por ela cotidianamente. Desse modo, as prefeituras não mudaram a lógica que regia a burocracia municipal anteriormente; a inserção da população nos processos decisórios de aplicação dos recursos financeiros e humanos, insuficientes, não lhe garantiu a oportunidade de priorizá-los, apenas de optar por predefinições; ocorreu o descaso com a necessidade de prestar assistência técnica à população em meio aos condicionantes físicos, secas, e às precariedades nos setores agrícolas; as práticas administrativas estiveram mais condicionadas à submissão dos níveis governamentais superiores, do que ao real atendimento às questões municipais, podando a criatividade na solução e atendimento das causas locais.

Por conseguinte, as administrações municipais mencionaram interesse em atender às necessidades mais urgentes em cada município, entretanto, realizaram investimentos dispersos em relação às prioridades apresentadas pelos moradores os quais manifestaram o desejo de que o *desenvolvimento* não provocasse a destruição de seu lugar e de seus hábitos tranquilos. Mesmo assim, a degradação ambiental e o descaso com as tradições apareceram como preocupações dos munícipes os quais não conseguiram dialogar as novas diretrizes e formas de gerenciamento de cunho transitório e político levando a não compreensão de procedimentos e interesses importantes para o município.

As experiências desta “nova” concepção de ação político - social demonstraram que o desenvolvimento local precisa mobilizar forças políticas, sociais e econômicas que vão além do simples somatório de forças e intenções. Uma estratégia de ação que priorize a

---

<sup>7</sup> Para POLLACK(1989) a memória *permite evidenciar os usos políticos do passado pela manifestação ou pelo esquecimento/silêncio revelados na fala dos depoentes.*

comunicação e a capacidade de cooperação entre organizações e prefeituras e dessas entre si, sobrepondo-se às dificuldades políticas, propiciaria consolidar experimentações inovadoras do poder local. Por isso, o equilíbrio entre os grupos organizados, o quadro institucional e as vivências culturais foi dificultado, fragilizando a participação e impedindo que cada localidade se apresentasse enquanto tal e como portadora de um ritmo de desenvolvimento.

Nesse percurso, a ação governamental apareceu mais concretamente na figura do *Técnico governamental* quando da assessoria ao poder público municipal numa experimentação padronizada de tratamento à questão social configurada a partir dos procedimentos burocráticos e políticos definidos para o funcionamento desejado do Sistema de Ação Social Estadual.

A reengenharia institucional que resultara na política social em vigor, colocou frente à frente a relação contraditória entre *fazer* política e governar com *mudanças*, desnaturalizando os preceitos da eficiência.

No relacionamento com as organizações, podemos afirmar que as lideranças comunitárias exercitaram uma certa seletividade classificando os profissionais entre quem seria, ou não, um “companheiro de luta” explicitando que a única forma de cooperação possível seria através dos “interesses comunitários”<sup>8</sup>.

Ressalte-se aqui, o desafio democratizante de um tipo “híbrido” de técnico derivado da fusão de características de dois tipos ideais apontados por WEBER (1993) o *burocrata* e o *político*. Em sua conduta o funcionário se viu sob princípios de responsabilidade distintos a ambigüidade das regras democráticas acarretou conflitos de papéis, tensões e disputas entre os diversos técnicos, possuidores de posturas diferenciadas, embora ainda se sobressaíssem especificidades da fragmentação burocrática, ainda com cunho weberiano<sup>9</sup>, na condução das políticas públicas, impedindo a reflexão plena dos interesses coletivos localizados.

---

<sup>8</sup> Aspecto mais visível entre as lideranças com formação política adquirida nos sindicatos, partidos de esquerda e nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Para detalhamento dessa tipologia de lideranças presentes nos movimentos sociais do Ceará, ver SOUSA, 1997.

<sup>9</sup> Tais como: cabe aos políticos “fazer” políticas e aos técnicos repassá-las às comunidades e/ou administrá-las; a contribuição de políticos expressa interesses, a participação burocrática, na elaboração de políticas, baseia-se no conhecimento especializado; o representante político articula interesses amplos, o funcionário media interesses definidos de clientelas organizadas.

### 3. Governo e sociedade – Desafios de radicalizar a democracia

Especialmente a partir da década de 1980, no Brasil, houve uma multiplicidade de experiências colocando em prática a presença da participação e do entrosamento entre Estado e sociedade como traço marcante do próprio processo de consolidação da democracia ocorrido no país.

Vimos o Estado reconhecer a sua incapacidade de assumir a responsabilidade exclusiva pela formulação de políticas públicas e pela tomada de decisões sobre temas e questões pertencentes ao conjunto da sociedade. Entretanto, mesmo com a formação de parcerias envolvendo Estado e sociedade tornando-se uma característica programática predominante em parte das políticas sociais desde então, a quantidade e diversidade de formatos assumidos por essa relação recaiu numa capacitação dos mesmos para uma relação gerencial que escapou aos desejos das lutas por uma cidadania construída num exercício permanente.

Então, as atividades organizativas oportunizadas pelas políticas sociais funcionaram como *laboratórios* que favoreceram novos espaços de atuação das práticas mas fragilizaram saberes originadores e originados desses processos de mediação.

Experiências relativamente recentes, os programas de cunho participativo surgiram ainda na década de 80, o que delimita um curto período para se avaliar as conseqüências sobre os beneficiários e os impactos, previstos ou não, sobre a população como um todo.

Um aspecto importante que pode ser extraído do conjunto das experiências participativas é sua possibilidade de replicação dos mecanismos inovadores da participação popular, mesmo dentro de limites técnico - administrativos, os quais apesar de localizados no espaço micro e dispersos geograficamente, podem transferir para as comunidades sua capacidade de recriação da *participação* e da *cidadania*.

Revisitar o significado destes conceitos amplamente difundidos e utilizados, principalmente nos programas sociais de cunho participativo, possibilita empreender a tentativa de analisá-los para apontar características e propor alternativas adequadas aos *beneficiários*<sup>10</sup> no sentido da cidadania.

---

<sup>10</sup> Utilizando a expressão governamental para aqueles que lidam com os recursos financeiros oriundos dos programas sociais que regulam as parcerias Estado/comunidades.



Entendemos que os projetos sociais, entregues prontos e acabados aos beneficiários finais (como “receitas”), por estarem voltados para a autogestão do seu próprio processo pelos beneficiários, devem abrir perspectivas onde a participação e o grau de mobilização possa tornar-se responsável pela qualidade dos resultados.

Por isso ainda é fundamental que a sociedade civil tenha formas de controle social e exija do Estado a sua responsabilidade social. Mas os sujeitos políticos no seio de comunidades de desiguais precisam se constituir numa esfera autônoma de ação social, cultural, política e econômica.

Dentro de uma sociedade que retroalimenta elites que consideram os desiguais como responsabilidade apenas de um Estado intervencionista, os trajetos de políticas sociais devem permitir variação de enfoques no que tange à participação como elemento central e indispensável na elaboração e implantação da experiência.

Nesse sentido, um exemplo merece ser comentado: a distinção entre dois tipos-ideais de avaliação das experiências centrados no enfoque explicitado anteriormente. Na avaliação do programa social como processo, entram na análise a estrutura montada e os instrumentos aplicados para obtê-los, ou seja, dando ênfase à eficiência da experiência. Já a avaliação do mesmo enquanto mero produto visa à apreciação dos resultados em si, com o objetivo de medir a eficácia do projeto.

Este discernimento é importante porque a avaliação dos resultados é normalmente considerada como uma necessidade de justificar, perante a sociedade, a razão da existência e a legitimidade de uma determinada ação. Quando feita em conjunto - poder público e a sociedade - um contingente ainda maior de iniciativas possibilita um maior comprometimento com a participação daqueles efetivamente afetados.

Por seu turno, a avaliação do processo deve ser muito mais delicada por constituir-se num procedimento de autocritica coletiva sobre comportamentos e responsabilidades assumidas que nem sempre os promotores dos projetos estão dispostos ou sabem como levar adiante. Efetivamente, a adoção de mecanismos de redefinição da linguagem das políticas torna-se significativa por ampliar o controle democrático a partir de uma participação equitativa de todos os envolvidos num caminho para efetuar eventuais

correções ou alterações de interesse da maioria envolvida. Nesse sentido, o processo vivenciado pelos sujeitos evidenciará relações de dominação, geradas, muitas vezes, pela ausência de um senso crítico construído sobre os conceitos, dados e condições programáticas das políticas sociais o que os coloca numa passividade se compreendidos apenas enquanto *beneficiários* / um *sujeito universal* ao invés de participantes efetivos pois submetem sua prática a enfraquecimentos e até mesmo ao cerceamento da participação e compreensão do processo. Daí que,

“Sem atores coletivos coerentes, bem organizados, dotados de uma ética própria, capazes de representar e defender seus próprios interesses no âmbito público, sem conflitos definidos que possam ser canalizados e resolvidos, repito (...): Não há “povo” mas simples “massa”, multidão atomizada de interesses individuais.”  
(RESTREPO,1990:83)

A articulação entre política e organização comunitária assume, então, enorme importância porque permite combinar as iniciativas individuais alterando a complementariedade entre elas e possibilita a reconstrução de uma *esfera pública* onde haja magnitude para humanização através de uma identidade cidadã.

Para RESTREPO (1990: 82), a *fiscalização orgânica* do Estado pela sociedade civil é fundamental no sentido de evitar o risco de seu recrutamento clientelista para legitimar eleitoralmente os governantes. Desse ponto de vista, a América Latina experimentaria um efeito transformador, diante da debilidade e fragmentação das agremiações partidárias, a partir da ação de movimentos sociais fortes e autônomos. Para tanto, faz-se necessária uma sólida constituição dos sujeitos sociais e de suas formas de organização com orientação para a construção democrática de uma sociedade civil forte e bem constituída, ou seja *participativa*<sup>11</sup>.

Porque a participação, se assimilada como concessão, dificulta sua absorção como um direito por parte dos envolvidos. Mas, uma ação educativa como ação continuada de ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos e dos espaços participativos funciona inviabilizando o esvaziamento das experiências coletivas ou ainda a reprodução do jogo político no cerne da comunidade permitindo a negociação de espaços para o seu exercício com o estabelecimento de regras democráticas para guiar seus objetivos.

---

<sup>11</sup> O autor utiliza a noção de sociedade civil apoiado no pensamento Gramsciano (RESTREPO,1990:83)

## Considerações finais

As instâncias de democratização dos órgãos públicos e as associações de moradores, como resultados das conquistas de movimentos populares e da sociedade civil organizada tem sido alvo de críticas e debates por conta dos “vazios” existentes quando eles próprios não equacionam as condições de exercerem seu papel político de agentes nas ações governamentais. Podemos perceber lacunas e questões que problematizam o desempenho das políticas públicas sociais e dificultam suas funções de ambos os lados: o social em termos de sua representatividade, o estatal, em termos do não atendimento ou da mera padronização de instituições e políticas.

Compreendemos que, para se dar a efetividade dos objetivos a que as políticas se propõem, prioritariamente o da construção de espaços de controle democrático, algumas compreensões precisam ser resolvidas, dentre elas:

- a definição clara de autonomia decisória do campo comunitário;
- -o amparo educativo e jurídico para suas deliberações;
- -ultrapassar os modos de resistência presentes no interior dos espaços institucionais governamentais em dividir ou não o poder com a sociedade;
- Vencer estes mesmos modos no interior das comunidades locais para que elas possam reconhecer os representantes comunitários e organizações locais como instâncias legítimas de exercício do controle social;
- Dotar esse controle da condição de conhecimento local capaz de imprimir novos formatos no interior das políticas(principalmente em termos de uma linguagem) por estarem envolvidos desde a formação da política até a tomada de decisões das políticas públicas.
- Como uma nova forma de relação entre o governo e a sociedade, o acesso, de segmentos sociais aos espaços onde se tomam as decisões políticas, com qualificação, modo pelo qual a participação se fortalecerá no âmbito de decisões (mais concretas ainda se relacionadas à realidade local)
- Nesse sentido, lideranças, associações, conselhos, famílias, podem ser compreendidos como portadores de conhecimento dos interesses

contextualizados e das potencialidades para a efetivação da participação como capacidade/prerrogativa de deliberar, controlar, fiscalizar às políticas públicas.

## **Bibliografia**

- ABU - EL - HAJ, Jawdat. Estrutura do Estado e a economia política da intervenção estatal no Brasil. In: *Revista de Ciências Sociais*, vol. 22, no. 1/2 1º/ 2º sem. 1991;
- ARRETCHE, M. *Mitos da descentralização: maior democracia e eficiência nas políticas públicas?* Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS, no. 31, p.44-66,1996.
- BARREIRA, Irllys & BRAGA, Elza Franco (Orgs.). *A Política da Escassez -lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1991;
- \_\_\_\_\_, “Frutos do Tempo: Movimentos Sociais Ontem e Hoje” In REIS, Elisa & ALMEIDA, Maria H. T. (Orgs.) *Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1995;
- \_\_\_\_\_ & NASCIMENTO, Elimar P. do. (Orgs.). *Brasil Urbano - Cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, Fortaleza: SUDENE/ UFC, 1993;
- BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos - planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985. 2ª. ed.;
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *A Política dos Outros*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1984;
- D’INCAO, Ma. Conceição & ROY, Gérard. *Nós, cidadãos - aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;
- DINIZ, Eli. *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC, 1993;
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular - Movimentos sociais e participação política no Brasil pós - 70*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará / ANPOCS, 1995;
- FISCHER, Tânia (org.). *Poder local - governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993;
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1988;
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, Tradição e Poder: O (caso) dos coronéis*. São Paulo: Annablume/ Fortaleza: EUFC, 1995;
- MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice, 1989;
- PEREIRA, Potyara A. P. Conceitos e funções da assistência social. *Série Política Social em Debate*, n. 05, NEPPPOS, jun. 1991 (mimeo.);
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, 1989/3;
- QUEIROZ, Ma. Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *História da Civilização Brasileira*, 1978;

- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 -1980*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991. 2<sup>a</sup>. ed.;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995;
- WEBER, Max. *Ciência e política : duas vocações* . São Paulo: Editora Cultrix, 1993. 9<sup>a</sup>. ed.;